

APRESENTAÇÃO

Transições juvenis, cultura e circulações

Este dossiê busca trazer ao público brasileiro algumas reflexões sobre transições juvenis a partir de pesquisas desenvolvidas por cientistas sociais, especificamente sociólogos e antropólogos latino americanos e europeus. A ideia central dos organizadores foi possibilitar apreender os processos de transição por meio de variados contextos nacionais e socioculturais, destacando metodologias e perspectivas teóricas diversas. Assim, a pluralidade e complexidade do mundo social descortina-se aos leitores ao se colocar em xeque a suposta homogeneidade da categoria juventude. Nesse sentido, os indivíduos e grupos juvenis são trazidos à cena sob a forma de projetos de vida, de carreiras, de fluxos transnacionais e locais, na relação com o Estado, suas instituições e políticas.

Abrimos este dossiê com um artigo de Paula Togni, jovem e promissora antropóloga a quem perdemos precocemente no ano de 2015 e a quem dedicamos este número. Neste artigo, Paula Togni se centra na trajetória vital e nas subjetividades migratórias de 26 sujeitos jovens oriundos da mesma localidade do Brasil (Mantena, Minas Gerais, Brasil) no seu deslocamento transnacional para a periferia da Grande Lisboa (Cacém, Portugal). A etnografia multissituada de Paula Togni, realizada entre 2010 e 2013, leva-nos a uma viagem de ida e volta pelas aventuras migratórias dos seus informantes, pertencentes às classes baixas e com pouca escolaridade, e que transitaram de uma área rural, marcada pela violência na periferia de Mantena (o Morro do Margoso), até uma localidade suburbana e segregada do distrito de Lisboa (Cacém). Um dos conceitos *emic* que Paula Togni trabalha é “melhorar a vida” algo que os seus informantes sempre sublinhavam como objetivo do deslocamento transnacional, e que desembocaria no aproveitamento de oportunidades sociais e econômicas inexistentes no lugar de origem. A propósito da geração e realização destes deslocamentos transnacionais (mas também de ascensão social) discute-se o conceito de campo de possibilidades, do antropólogo Gilberto Velho, para insistir na ideia que o projeto migratório é uma “estratégia familiar”, apesar das narrativas individualistas. Os contatos dos irmãos, as ajudas financeiras para a viagem e o suporte moral familiar provêm ao sujeito migratório expectativas, esperanças e narrativas sobre o deslocamento, que se

vão modificando durante a experiência de mobilidade. No caso de Sheila, a informante central do estudo, as diferentes etapas de mobilidade (deixar de pagar a dívida da viagem com os pais, mudar-se da *favelinha* na margem do Cacém para o centro do Cacém, o aumento das suas redes de sociabilidade, a mudança para um trabalho melhor) mostram como os valores subjetivos da trajetória migratória vão-se reconfigurando segundo novos padrões adquiridos durante a mesma. Com a melhora das condições no marco migratório passamos do “melhorar a vida” para “aproveitar a vida”, quando o sujeito marca o seu processo de ascensão social mostrando na Internet o acesso que tem a novos mundos de consumo inimagináveis no lugar de origem para a sua classe social. Assim, diferentes escalas de mobilidade reconfiguram as relações entre origem e destino.

No segundo bloco, tratamos das consequências que as crescentes desigualdades sociais manifestam sobre o truncamento dos projetos de transição para a vida adulta. A expansão da escolarização e dos sistemas educativos para a grande parte da população europeia não garante já uma inserção sólida no mercado de trabalho nem no mercado de habitação, dificultando os processos de transição para a vida adulta. Esta situação é vivida com grande frustração no caso de um volume crescente de diplomados que veem truncada aquela antiga relação linear entre diploma acadêmico, posição social e rendimento.

Magda Nico centra-se na saída da casa dos pais (e a passagem por uma unidade doméstica intermédia) para problematizar as teorias predominantes sobre os processos de transição para a vida adulta na Europa. De um lado, a corrente “geracional” apresenta como fator central de mudança social a consistência interna de um grupo de idade determinado (neste caso as faixas jovens) perante as práticas dos outros grupos de idade (as diferentes faixas de adultos). Doutra lado, a corrente “classista” enfatiza o poder explicativo da estratificação social segundo variáveis sociodemográficas (gênero, classe, profissão) para assinalar a heterogeneidade existente no interior de uma coorte geracional determinada. Seja como for, a autora vem negar com dados empíricos procedentes da *European Social Survey* de 2006 aquele pressuposto segundo o qual a saída da casa é um fato que ocorre cada vez mais tarde, negando também a preeminência duma ou doutra corrente explicativa para este fato. Ao contrário, diferentes processos de mudança social parecem explicar múltiplas oscilações históricas na idade de saída de casa (e em outros processos de transição para a vida adulta

associados ao trabalho e à formação da nova família). Assim, se as coortes geracionais não mostram diferenças relevantes ao nível estatístico ao longo da história recente, os países de procedência sim parecem ser uma variável significativa. Por meio da crítica às perspectivas que enfatizam o peso dos valores culturais ou religiosos para explicar as diferenças entre países na saída de casa dos pais, a autora coloca no centro da discussão diferentes indicadores socioeconômicos explicativos da diversidade encontrada ao nível dos países Europeus (estado do mercado da habitação, ajudas do Estado-Providência para os jovens). A segmentação das práticas entre diferentes camadas populacionais de jovens e a heterogeneidade entre os diferentes países parecem ser muito maior do que uma suposta mudança social homogênea nas práticas e nos valores de uma “nova geração de jovens”.

Rachel de Castro Almeida e Miguel Chaves empreendem o estudo de outra transição para a vida adulta que é a inserção profissional depois dos estudos superiores. A necessidade de acompanhar a transição entre o fim dos estudos e a entrada no mercado de trabalho tem gerado multitude de serviços de monitorização para estes processos em vários países europeus e americanos. No entanto, existe ainda no Brasil uma grande necessidade de criar um sistema de produção e análise de dados com indicadores comuns à escala nacional e estadual para facilitar o conhecimento cumulativo e comparativo dos percursos profissionais dos diplomados. Os exemplos fornecidos pelos projetos Europeus CHEERS e REFLEX parecem muito pertinentes pela proximidade com a escala da realidade brasileira, mas o centro deste artigo é um projeto aplicado nas maiores universidades públicas portuguesas. Sempre em aberto diálogo com os indicadores dos projetos europeus, trata-se de cruzar as dimensões objetivas e subjetivas dos processos de inserção profissional na sociedade do conhecimento. Esta multidimensionalidade entre a posição objetiva e os discursos subjetivos dos jovens diplomados nas realidades da transição para o mercado laboral trabalha sob três pressupostos teórico-metodológicos: 1) a temporalidade: não é possível pensar a incorporação no mercado laboral como um momento linear no tempo senão como um processo que oscila entre educação e trabalho; 2) a subjetividade: é preciso conhecer os valores e identidades que governam a dimensão social do trabalho e as experiências associadas ao mesmo; 3) as trajetórias: os indivíduos partem de posições na estrutura social que são modificadas pelo campo de possibilidades dos projetos vitais. Finalmente, e de forma muito esclarecedora, os autores propõem uma série de

recomendações para o caso brasileiro, assim como para a criação de instrumentos metodológicos ao mesmo tempo adaptados à realidade nacional e ao marco comparativo com o resto do mundo.

Finalmente, o artigo do Jordi Nofre é um lúcido ensaio autorreflexivo sobre esta realidade no seguinte escalão laboral da relação transitiva entre estudos e trabalho: o mundo acadêmico, talvez, o mais dilatado dos processos de transição para a vida laboral normalizada. Num exercício simultâneo de proximidade e distância, o autor apresenta o seu relato como investigador espanhol no sistema científico português, funcionando o seu texto como uma síntese dos dois anteriores artigos neste bloco. Depois de examinar criticamente a degradação do sistema nacional de investigação científica em Portugal sob o peso da neoliberalização, apresenta dados que mostram a crescente vulnerabilidade dos investigadores científicos jovens, sempre na área das Humanidades e das Ciências Sociais. O autor denuncia as condições laborais e salariais precárias dos jovens investigadores frente a dos professores funcionários e os seus privilégios geracionais e de classe, uma vantagem e estabilidade que parece inversamente proporcional à sua produtividade científica. O encerramento dos bolséis numa eterna situação administrativa entre os estudos e o trabalho bloqueia o seu acesso a um mundo laboral acadêmico estável, monopolizado pelos professores funcionários, ao qual não se pode aceder nem depois de quase 15 anos de carreira de qualidade. A segunda parte do texto vincula a frustração e a ansiedade provocadas pela exploração e a auto-exploração laboral que vivem os jovens investigadores com o aumento das doenças mentais e, no extremo, o suicídio entre a população portuguesa. É preciso lembrar aqui que a precariedade é parecida à que se vive na inserção laboral doutros universos sociais de jovens num mercado de trabalho fragmentado e precarizado, que exige crescentemente (como no mundo acadêmico) a reciclagem das competências e a atenção permanente na formação continuada. Finalmente, o autor fornece o exemplo do seu próprio sofrimento neste limbo laboral acrescentando partes do seu diário pessoal numa visão autorreflexiva do processo que trata de descrever durante o texto.

O último bloco centra-se no acionamento da cultura como forma de gestão dos discursos políticos e de projetos coletivos e individuais. Nesse sentido, Livia de Tommasi explora a relação entre cidade, cultura e trabalho mediante o estudo do empreendedorismo jovem nas favelas de Rio de Janeiro. A autora expõe algumas perspectivas que, dentro da antropologia e dos estudos críticos urbanos (George Yúdice,

Manuel Delgado) mostram como o recurso à “arte” e à “cultura” é usado como um dispositivo supostamente capaz de solucionar problemas sociais nos contextos de requalificação urbana. No caso do Brasil, o patrimônio urbano, os museus nacionais ou as identidades das minorias (culturais, sexuais, étnicas) foram e são usados nos processos de reforma na cidade de Rio de Janeiro. Doutra lado, a autora analisa como o modelo de trabalho competitivo interindividual se tornou desejável para o capitalismo neoliberal dos anos 80 e 90 (Alain Ehrenberg). Nele, o empreendedor é um herói contemporâneo que concentra as novas características exigidas pelo mercado laboral desregulado: flexibilidade, motivação, dinamismo (Boltanski e Chiapello). A autora mostra como a difusão da ideologia do empreendedorismo no Brasil durante os anos de 1990 (que servirá como um mecanismo de gestão da pobreza como já foi no século XIX a ideia de poupança) desembocará no fracasso da integração laboral dos jovens no mercado de trabalho nos anos 2000. Quando a subjetividade empreendedora se difunde entre os jovens, o direito político ao trabalho (o Estado como fornecedor de emprego) se transforma em moralidade econômica (a ansiedade por aproveitar as oportunidades). Para compreender esta dimensão, a autora usa muito acertadamente a interpretação crítica que a urbanista indiana Ananya Roy faz da imagem das favelas de Mumbai segundo o filme “Slumdog Millionaire”: a “criatividade” e a “energia empreendedora” nestes territórios de pobreza celebra a “resiliência” destas populações perante o infortúnio, sem criticar as desigualdades estruturais à sua situação subalterna. Finalmente, a autora elabora uma breve descrição das vidas de diferentes empreendedores que conheceu no seu trabalho etnográfico nas favelas de Rio de Janeiro, os quais foram alvo de diferentes políticas de “capacitação cultural”.

Gabriela de la Peña e Sílvia Nohemí de la Cruz Ruiz apresentam um estudo de participação-ação no contexto do risco de abandono escolar de mulheres adolescentes, entre 15 e 19 anos, em Saltillo (Coahuila, México). O problema do abandono escolar no país durante os estudos secundários é muito significativo, e se encontra ligado a maior parte das vezes a causas econômicas, sendo nas mulheres associado diretamente à gravidez adolescente. No Estado de Coahuila, aliás, a discriminação escolar feminina é maior do que em outras partes do México, dirigindo as mulheres para ocupações laborais ou de cuidado familiar numa idade bastante jovem. Para evita-lo existem muito programas promovidos por instituições públicas e privadas que visam prevenir estas situações de risco de deserção escolar em jovens adolescentes, mas até o momento foi

muito difícil atingir resultados satisfatórios. O artigo apresenta o modelo de intervenção realizado desde 2010 e durante 3 anos em um ateliê de escritura criativa no Centro de Superación “Estela V. Barragán”, com a colaboração de cerca de 30 estudantes universitários e especialistas e 15 mulheres adolescentes e as suas famílias. Com o objetivo formativo situado na comunicação (formal e informal e em todas as áreas da vida social e comunitária), buscava-se contribuir ao empoderamento e à autogestão destas mulheres mediante o desenvolvimento de competências, valores e conhecimentos no marco familiar. Os resultados do artigo porém centram-se num ateliê particular sobre atenção a adolescentes com gravidez precoce e às suas mães, com o objetivo de fortalecer a comunicação entre elas e proporcionar instrumentos de emancipação e maturação depois da crise. As autoras concluem que o risco de deserção escolar está diretamente influenciado pela falta de suporte e de capacidade comunicativa entre os diferentes membros do grupo familiar ou tutores da adolescente. Fortalecer esses laços e os da comunidade com os seus diferentes membros aumentam as possibilidades de ficar na escola das jovens grávidas em Saltillo.

O último artigo deste dossiê apresenta um estudo das redes sociais e das narrativas identitárias dos estudantes africanos na cidade de Juiz de Fora- MG, realizado por Aline Cristina Laier e Rogéria Campos de Almeida. A partir de uma etnografia das chamadas “Festas Africanas”, as autoras apresentam a reformulação das identidades desses jovens estudantes em contato com o país receptor. A ideia-força que recorre o texto é a transformação das identidades nacionais desses estudantes de intercâmbio numa identidade comum africana, finalmente aceita pela força da imagem homogeneizadora que os brasileiros projetam sobre eles, mas que os estudantes procedentes da África assumem e amplificam. As Festas Africanas ocorrem em Juiz de Fora pelo menos desde 1998, e apresentam um perfil de “mostra” de gêneros musicais, comidas típicas e danças, mas que durante a festa adiciona elementos próprios do contexto brasileiro, assim como influências globalizadas. Ressaltam que entre as estratégias e repertórios o principal atrativo deste encontro é a performance da “africanidade” mediante o desfile de representações estereotipadas: o “ritmo” e a “beleza” africana são o centro da atenção. Na parte final do artigo as autoras empreendem uma valiosa comparação entre estas festas e a famosa análise de Clyde Mitchell sobre a dança *kalela* na Rodésia do Norte, onde a hibridação nas representações marca a narrativa das relações sociais. Nas festas pode-se observar a

identidade em rede composta de solidariedade migratória entre os africanos, mas também de conflitos e desencontros no que concerne às representações sobre a “africanidade”, ou à organização das mesmas, trazendo à tona, por exemplo, sua finalidade lucrativa. As Festas Africanas promovem uma identidade coletiva ritualizada que é expressão das redes de africanos que moram em diferentes partes do Brasil e que se encontram nestas festas para reconstruir continuamente os seus laços como comunidade (imaginada) migrada.

Esperamos que os textos reunidos neste dossiê possam lançar luz sobre o tema das transições juvenis e das possibilidades dos diálogos transnacionais.

Alessandra Barreto e Daniel Malet Calvo